



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 64/98

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 64/98 altera o inciso I e cria o inciso V ao art. 4º, da Lei n.º 1.181, de 29 de janeiro de 1997.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1 - Do Projeto de Lei n.º 64/98

O Projeto de Lei n.º 64/98, composto de três artigos, alveja modificar a lei municipal por prazo determinado.

Formalmente, o projeto atende aos fins a que se destina.

2 - Da Competência

A Carta de 1988 explicita no inciso IX, do art. 37, que “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”.

O texto magno revela tratar-se, na clássica lição de José Afonso da Silva, de norma de eficácia criadora das condições de possibilidade de sua aplicação.

Em face desta mesma matéria, o problema da competência normativa já foi enfrentado no passado. Na vigência da Carta de 1967, com a redação da emenda de 1969, preceituava o art. 106 que “o regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções da natureza técnica especializada será estabelecido em lei especial”.

Emergiu-se à época dúvidas sobre a competência para legislar sobre a matéria. O desfecho da questão coube ao Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 99.610, deixou consagrado que:

“Em se tratando de servidor admitido por Estado-membro, em serviços de caráter temporário, ou por ele contratado para funções de natureza técnica especializada, a lei especial que estabelece seu regime jurídico único (Art. 106, da Constituição Federal) é a estadual”.

Com a decisão retro-mencionada, ficou assentado tratar-se a norma institutiva desse regime especial de natureza administrativa, pois se celetária a competência era da União.

Como norma de natureza administrativa, a competência legiferante chega-se ao Município. O Município de São Paulo manteve norma desta espécie no seu ordenamento jurídico por um razoável hiato temporal.

O fenômeno se repete com o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição de 1988.

Projeto de Lei n.º 64/98



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Em situação idêntica, ou seja, diante da norma de eficácia limitada, plasmada no inciso IX, do art. 37, abre-se para os entes federados a competência para editar norma reguladora com a natureza de direito administrativo. Com esse matiz, a matéria fica alocada no quadrantes do interesse local, e, portanto, na competência legislativa do Município (art. 30, I, CF).

3 - Da Contratação Temporária

Na Carta atual, a contratação temporária adveio regradada do prazo determinado e somente para atendimento a situação temporária e de excepcional interesse público.

Contudo, tem sido prática constante a edição de medidas provisórias, pelo Governo Federal, modificadoras da Lei n.º 8.745/93, criando situações novas nem sempre excepcionais e dilatadoras dos prazos temporários.

A União Federal tem, inclusive, utilizado prazos maiores que os pretendidos pelo Município, no Projeto de Lei n.º 64/98, como se pode ver da Medida Provisória n.º 1.554-28, de 21 de maio de 1998, que admite esse tipo de contratações por até vinte e quatro meses.


Porém, deve o Prefeito realizar o concurso público com a máxima urgência para regularizar a situação desses servidores, especialmente dos professores do ensino fundamental. Caso contrário, o Prefeito, certamente, terá problemas com o Tribunal de Contas.


Por outro lado, entendemos que seria bastante difícil para o Prefeito promover concurso público no primeiro semestre deste ano, tendo em vista a eminência da promulgação da Emenda Constitucional n.º 19, que trata da reforma administrativa.


III - CONCLUSÃO


Diante do exposto, opinamos pela legalidade, constitucionalidade e aprovação do Projeto de Lei n.º 64/98, na forma em que se acha redigido.

Sala das Reuniões, 29 de julho de 1998.


César Junho Ferreira
Relator e Membro da CSP


Clodoaldo José Borges
Membro da CLJR


Anidson Gabriel da Silva
Membro Suplente da CLJR


Antônio Mantovanelli
Membro da CLJR


Joaquim Leozete Pereira
Membro da CSP